

“La Recuperación de Tecnologías Indígenas: Arqueología, tecnología y Desarrollo en los Andes”. Alexander Herrera. Editorial Universidad de los Andes. Bogotá Colombia

Andrés Alarcón Jiménez
E-mail: qandalajim@yahoo.com

Antropólogo Universidade Nacional da Colômbia. Mestre e Doutorando do programa de História Cultural no IFCH-UNICAMP. Bolsista CNP.

Alexander Herrera é professor da Universidade de Los Andes, em Bogotá, Colômbia e este seu livro foi publicado em 2009 pela editora dessa instituição. Herrera leciona sobre arqueologia; formou-se em universidades do Peru e da Inglaterra, sua linha de pesquisa está centrada, segundo CV institucional¹, em “paisagens culturais e identidade social”, “sociedades complexas dos Andes Centrais” e “tecnologia indígena” e possui várias publicações nestas áreas². Para escrever essa resenha foram lidas tanto a versão em pdf que está disponível on-line³, como o texto físico, enviado pelo autor ao LAP, Laboratório de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas (a numeração das paginas é diferente em cada versão e, portanto, nas citações usadas nesse texto).

¹ O CV dele pode ser consultado aqui: <http://antropologia.uniandes.edu.co/cv.php/16/index.php>

² <http://antropologia.uniandes.edu.co/cv.php/16/index.php>

³ http://publicacionesfaciso.uniandes.edu.co/descargar.php?f=vr/Tecnologias_indigenas.pdf

No texto a resenhar, logo de início Herrera aponta:

Nuestra revisión de estas críticas no pretende ser una “arqueología del desarrollo” (Agrawal, 2002). Deseamos, más bien, mostrar los caminos por los que podría perderse una bien intencionada arqueología *para* el desarrollo, antes de abordar la recuperación de tecnologías indígenas como un posible camino para profundizar y ampliar las libertades de individuos latinoamericanos, específicamente, del campesinado andino. Es decir, mostrar las vicisitudes de un desarrollo en el sentido propugnado por Sem (*vide infra*) (Herrera 2009:11).

A diferença que Herrera estabelece entre arqueologia do desenvolvimento e arqueologia para o desenvolvimento é parte da estrutura desse livro. É sua posição política. O que veremos é como o texto aponta corretamente, em termos de crítica, à noção de desenvolvimento, e como redefini-la para benefício de pessoas que, no cotidiano, resultam atingidas física e culturalmente pelo uso e aplicação de modos de produção, e pela preservação e reprodução, sempre violenta, sempre em favor de um *status quo*, dos modelos socioeconômicos

contemporâneos que estruturam, e exercem o controle do poder no mundo globalizado. Mas esse ponto será abordado, porque Herrera constrói sua crítica sem se posicionar a si mesmo. Na mesma seção do texto ele acrescenta que:

Los múltiples y complejos vínculos entre la tecnología y la sociedad son el objeto de estudio central de una disciplina académica particular: los estudios de la ciencia, la tecnología y la sociedad (ECTS), también llamados estudios en ciencia y tecnología o STS, por su sigla en inglés (*Science and Technology Studies*). Los ECTS son un campo interdisciplinario emergente que nace como un componente interno, ético y crítico de las 'ciencias tecnológicas', como el diseño industrial, las ingenierías y las 'ciencias de la salud'. (Herrera ídem:14)

Esse campo, a diferença das tecnologias nativas americanas a serem defendidas, e como as tecnologias que são alvo das críticas do autor, é produto do trabalho organizado no campo acadêmico das universidades de países como Estados Unidos, de vários do continente europeu e de alguns asiáticos, todos eles ligados, de alguma forma, no mundo globalizado, com a própria definição, implementação e controle do mundo globalizado. O olhar de Herrera está construído, no que respeita à questão teórica, ao universo multidisciplinar construído desde a sociologia da ciência contemporânea francesa, inglesa e norte-americana ligada ao uso de diversos autores, entre eles, principalmente, Bruno Latour e Michel Callon, autores que ele debaterá no primeiro capítulo, e cujo espírito percorre todo o texto.

Porém, essa classe de tecnologias, porque o autor não considera a ideia que as teorias acadêmicas são uma classe de tecnologia, não é considerada no mesmo nível que aquelas criticadas e que, de fato, ele vai usar, entre outras, como profissional e no texto, como parte de sua explicação do porque existem pobres na América Latina e como os arqueólogos podem ajudá-los a ter uma vida melhor, por meio da recuperação de conhecimentos indígenas desenvolvidos há milênios na região andina ligada, hoje em dia, à história e patrimônio nacional peruano, equatoriano, boliviano e argentino (Herrera 2009:9).

O texto de Herrera apresenta um debate em torno das noções e usos de "tecnologia" no presente e, relacionado com ela, do "passado". O debate gira em torno das aplicações práticas de tecnologias desenvolvidas pelos moradores antigos da região como parte das estratégias socioeconômicas dirigidas a solucionar problemas relativos ao uso da terra e dos recursos naturais, temas relacionados sempre à segurança alimentar e à qualidade de vida de comunidades andinas, indígenas e camponesas no presente.

Herrera dedica dois capítulos à discussão teórica e ético-política que liga o pensamento arqueológico com a historiografia latino-americana e a antropologia, seguindo um discurso que vai da tendência clássica processual, debate de correntes filosóficas e antropológicas clássicas que permeiam os debates atuais, passando pelo discurso da arqueologia social peruana e pelas tendências pós-processuais contemporâneas. Mistura-o todo com um

olhar crítico sobre a Modernidade e as imposições externas sobre a vida das comunidades locais, reproduzindo o tom político próprio do discurso de autores como Eduardo Galeano, sobretudo com respeito ao que à crítica, historiográfica e política, das estruturas e dinâmicas econômicas que modulam a vida dos habitantes da região.

Nesse quadro, o argumento central gira em torno da noção de “tecnologia”, ao debate sobre desenvolvimento econômico de comunidades pobres, e à controversa divisão, apresentada pelo autor, entre *próprio e forâneo*. Os outros três capítulos estão dedicados a três temas principais, a saber, técnicas agrícolas, pecuárias e agrofloretais, nos quais o autor faz uma viagem pela região andina que compreende quatro nações e vários milhares de anos. Cada capítulo resgata estudos arqueológicos, registros etnográficos e bibliografia histórica sobre o tema e a região escolhida, e os leva para discussão com problemas das comunidades do presente e as políticas econômicas públicas. A exploração temática das tecnologias antigas nativas serve para construir o argumento do autor que tenta, ao longo da obra, sustentar a ideia de que as tecnologias nativas, desenvolvidas para solucionar problemas locais, podem dar uma melhor resposta aos problemas do presente do que aquelas produzidas por agentes “externos” a essa história e região, causando, desta forma, a destruição da paisagem, o empobrecimento da região e mantendo a situação socioeconômica adversa dos seus habitantes.

No que respeita ao tom do discurso do livro, o texto caracteriza-se pelo olhar crítico do autor sobre a modernidade, aplicado por meio de uma reflexão sobre o passado e pela desconstrução da noção de tecnologia como dos seus usos sociais no presente. Expõe-se nele a possibilidade de usar o passado por meio de uma justificativa ética, ou seja, da apropriação de diversas soluções tecnológicas desenvolvidas em tempos pré-colombianos, e recuperadas – neste livro, o passado pode ser recuperado – a partir de diversas fontes, sugerindo como tal passado, representado pelas tecnologias recuperadas, pode ser usado para formular soluções para problemas concretos, próprios das populações, marginais, marginalizadas ou pobres do presente, na América Latina. Esta proposta que está bem explicada nesse parágrafo e, evidentemente, não está construída sobre teorias contemporâneas pós-processuais nem na arqueologia social, mas na linha política que deu primazia às correntes teóricas que geram conhecimentos úteis na planificação das políticas estatais (Trigger 1992:292-298), também revela a verdadeira face detrás do tom ambigualmente humanista e científico:

El estudio arqueológico y antropológico de las tecnologías agrícolas andinas antiguas y tradicionales surge en la década de 1980, en el contexto de las emergentes críticas a los modelos de desarrollo agrícola enfocados en el volumen y el valor monetario de la producción (CEPAL, 1965; UNACAST, 1973: 115-135). Esta búsqueda de alternativas constituye el foco de investigación más antiguo y dinámico dentro del campo de la recuperación de tecnologías indígenas. Sin embargo, los niveles de inversión en el campo de las tecnologías autóctonas permanecen muy por debajo de la inversión institucional frente al estudio de la adaptación de técnicas foráneas, como el cultivo de especies genéticamente modificadas, el riego por aspersión y la mecanización industrializada

O texto está destinado, segundo o autor, a um público variado, maior do que o reduto normal de estudantes e pesquisadores do campo da antropologia e da arqueologia, mas a narrativa e a forma erudita de citar e argumentar leva a pensar que o círculo de leitores é o acostumado para este tipo de livros. A sua proposta traz sim um olhar que incorpora (como pano de fundo do discurso ético e político) uma visão popular da história e cultura da região. Com efeito, as propostas éticas e políticas do livro giram, sem enuncia-lo, ao redor da visão de passado construída sobre o modelo popular de “América Latina”. Esta noção toma sua forma particular no período após a finalização das guerras de Independência do século XIX e o começo dos conflitos derivados das empresas neocoloniais dos Estados Unidos e da Europa. A noção logo seria sistematicamente explorada e usada como fundamento do discurso nacionalista durante o convulsionado período que vai de 1920 a 1950. Contudo, essa “América Latina” que reconhecemos no texto de Herrera é aquela surgida após a Revolução Cubana. Esse projeto político que se tornou popular pela difusão da revolução midiática global e junto com fenômenos como o sucesso editorial e de marketing da literatura em espanhol, espaço privilegiado de representação da região como universo cultural, que tomaria formas concretas durante a Guerra Fria, no discurso e políticas destinadas a esta zona que seria definida pelo discurso histórico-cultural imbricado, ou, no que se refere à esfera econômica, como dependente, como Terceiro Mundo, como *subdesenvolvida*. Discursos que foram incorporados não só na estrutura interna do Estado como na construção dependente das suas relações com o exterior. Contudo, esses discursos tornaram-se bandeira identitária de moda, popular, midiática, mas também dentro e fora das escolas e universidades que formaram seus cidadãos.

Nesse contexto, pensamos que o coração da proposta de Herrera para pensar e usar o passado que caracteriza esse livro pode ser encontrado em dois parágrafos. Eis o primeiro:

A diferencia de la mayoría de textos arqueológicos, el objetivo central de este libro *no es responder preguntas acerca de lo que sucedió en el pasado*. Más bien buscamos aprovechar las prácticas tradicionales en torno a la materialidad del pasado, en especial el uso productivo intensivo y coordinado de microambientes dispersos que tanto asombrara a los primeros europeos como inspiración. El objetivo es abordar los vínculos entre las políticas de desarrollo formuladas a partir de los restos materiales del pasado, la inseguridad alimentaria..., el pobre manejo del agua. Del suelo y de los bosques de los Andes, y las identidades campesinas.

Temos dois assuntos a tratar a partir deste trecho. Por um lado, ver como se define o uso do passado, representação produto do arqueólogo que se define como científico antes que como intérprete (*cf.* Binford 1980:4-19), mesmo que moralmente louváveis. De outro, ver como o autor estabelece as políticas públicas de uso do patrimônio e da história sob o olhar diferenciado do profissional, que cimeta sua autoridade como leitor privilegiado – mesmo que com boas intenções – do passado (*cf.* Binford 1991:28-40).

Em primeiro lugar, parece claro que o autor, mesmo se situando no universo da arqueologia pós-processual e social latino-americana – Herrera pisca um olho para Luis Guillermo Lumbreras - faz uso, na sua base prática, do

passado seguindo a linha teórica de clara tradição norte-americana e inglesa. O passado não só pode ser recuperado pelo arqueólogo, mas, neste caso, usado como fonte de conhecimentos a serem aplicados, fora de contexto, como parte de um debate no presente. Seu valor patrimonial e histórico é derivado da sua utilidade econômica e sua justificativa ética derivada da política. O arqueólogo torna-se relevante porque gera, pela recuperação científica do pretérito, conhecimento que permite operar sobre o mundo físico. Nesse caso, o fato de ser conhecimento produzido pelos “nossos” antepassados, valoriza ainda mais sua função pública como intelectual, como acrescenta o valor do trabalho e conhecimento dos povos indígenas já extintos e, derivado disso, redime a história “não contada” de uma região onde os “erros históricos”, como, por exemplo, não usar técnicas agrícolas ou pastoris pré-colombianas, gera e a mantém na sua condição de subdesenvolvida.

Em segundo lugar, mesmo situando-se no universo crítico das arqueologias contemporâneas, esse argumento de Herrera está ligado mais à visão de autores como Binford do que aos pós-processualistas. O arqueólogo interpreta o registro arqueológico, a história, ciência usada como “auxiliar” nesse sentido, fornecedora de dados complementários para explicar o passado. Mas o arqueólogo é quem decide quem fala. Herrera segue a lógica metodológica da área onde o arqueólogo é quem sabe como reconstruir o registro arqueológico e explicá-lo, inclusive aos próprios agentes que o produziram. Nesse sentido, tanto o presente como o passado, como atuado e lembrado pelos agentes humanos, está mediado pela cultura, que tudo o deforma. Inclusive, quando se admira a cultura estudada, admira-se a cultura pelas lentes do pesquisador. O arqueólogo, com ou sem visão social e política, é quem pode fornecer tanto da explicação do que aconteceu no passado como de fornecer as soluções a problemas sociopolíticos no presente.

O segundo parágrafo que, para nós, distingue a proposta de uso do passado de Herrera é o seguinte:

En suma, el estudio de las tecnologías tradicionales se plantea en este trabajo como un aporte a la construcción de estrategias de desarrollo basadas en la valoración del legado histórico propio. Coincidimos con Arocena y Senker (2003) en que Latinoamérica es pobre porque han desaprovechado las ventajas tecnológicas existentes, haciendo esfuerzos desmesurados por importar tecnologías foráneas antes que construir sobre bases propias (Herrera. 2009:9).

Em primeiro lugar, pode-se examinar a forma de Herrera se apropriar do passado indígena por meio da expressão “tecnologias tradicionais” que se imbrica com a visão de História do autor.

Com efeito, mais além de saber se há um elo entre essas populações e nós, somos nós, no presente, que reivindicamos o passado dos conquistados e exterminados como “nosso”, ou seja, dos latino-americanos. Temos, portanto, que esse botim de guerra é reinterpretado como uma bandeira de reivindicação nacionalista que, na lógica do modelo que reprisa o modelo de vilão dos livros de ensino de história, condena aqueles que, de fato sendo os nossos “antepassados”, beneficiaram-se da empresa colonial como da independentista. Isto não resulta coerente com a ideia de “valorização do

legado histórico próprio” que, neste caso, está ligado, como no caso dos países da região, à exploração e apropriação das terras e recursos por parte dos filhos (e seus filhos, etc.) dos imigrantes europeus, asiáticos, africanos e americanos neste continente. Eles são parte do legado histórico. Porém, no esquema tradicional da História, instrumentalizado no conceito racial e cultural dominante e homogeneizante, usado por ambos os membros dos polos ideológicos e políticos tradicionais, instrumentalizado como eixo da noção de “América Latina”, exprimido comumente em termos como “criollo”, “tropical”, “latino”, “mestiço”, eles tornam-se os outros, os diferentes, invasores, imigrantes e importadores de tradições e tecnologias “forâneas”.

Em segundo lugar, a justificativa de que a pobreza na região existe pelo fato do *desaproveitamento das vantagens tecnológicas existentes* também deriva desta particular perspectiva histórica adotada pelo autor. Nessa ótica, os indígenas continuam a ser considerados como seres quase mitológicos, cuja cultura sábia, nativa e natural sempre é fonte de inspiração para o resgate desse tóxico mundo moderno, por um lado; de outro, porém, estão de novo sendo condenados a não falar com sua própria voz, nem poder decidir de que forma viver, nem se apropriar de conhecimentos “externos” à sua cultura sem ajuda e condescendência dos especialistas, que parecem sempre ir, pelo contrário, com a imposição de fazerem eles “conservar” sua cultura.

O que resulta também curioso, porque Herrera não debate a utilidade das tecnologias estrangeiras que ele usa, ou seja, sobre as ferramentas que lhe permitem gerar conhecimento para explicar e usar o passado no presente. Só critica aquelas evidentes, cuja maldade parece apoiar a visão da tecnologia e do desenvolvimento associadas nos discursos populistas ao imperialismo no presente. Porque, alias, deve resultar de mau gosto constatar que as tecnologias que ele resgata foram produto do trabalho humano organizado e submetido ao poder imperial dos Incas.

Os três seguintes capítulos tratam de tópicos concretos, uma recompilação de estudos expostos em forma de crônicas, que exploram concretamente as tecnologias agrícolas e pastoris desenvolvidas pelas diversas ocupações humanas do passado na região andina, bem como seu impacto na paisagem, sua preservação e uso no passado e presente agora propriedade da Bolívia, Equador, Peru, Chile e Argentina.

Caracterizam-se esses capítulos porque Herrera não debate a relação entre poder, política e tecnologia no passado pré-hispânico. A representação que Herrera faz do passado indígena se movimenta de forma algo incomoda entre o uso do discurso e olhar tradicional da arqueologia e o tom humanista que ele delineou nos primeiros capítulos. Por um lado, se configura nos padrões da arqueologia processual, estabelecendo a sua base na relação econômica entre população, meio ambiente e adaptação. Mas, pelo outro, no quesito histórico, a tonalidade do discurso está dada tacitamente, no que respeita aos tempos pós-colombianos, pelos estereótipos historiográficos de vítima e algoz, aplicados e reconstruídos sobre o discurso de pesquisas etno-históricas e arqueológicas cujo tema é o mundo andino, ligado aos tempos imperiais, apenas se contrasta os jogos de poder em tempos pré-colombianos com aqueles da época de contato, dos tempos coloniais e republicanos.

Por estar focalizado no presente, Herrera faz uma viagem no tempo, de escala milenar às vezes, às vezes centenária, mas sempre olhando para o “presente etnográfico” (uma etnografia, por sua vez, tipicamente colonialista),

pois nesse espaço de trabalho, é esse presente o que está em questão no livro. Por sua vez, sem tentar construir um elo de continuidade ou de progressão no sentido da sociologia nonocentista que ele critica, Herrera se desloca também espacialmente pela cordilheira dos Andes, comparando os aportes de diversos grupos humanos às diversas práticas pecuárias ou agrícolas, desde o tempo em que a arqueologia permite entender que, nesses lugares, os grupos humanos começaram a domesticar plantas e animais.

A transformação da paisagem é um aspecto importante do texto, pois é o espaço transformado por fatores antrópicos o que, evidentemente, estabelece o elo entre passado e presente. É a propriedade da terra e sua exploração o centro desta história regional. Com efeito, o território e a territorialidade, entidades que definem o lugar dos indígenas e sua cultura no presente como em tempos coloniais e pré-coloniais, é o fator central da noção de soberania, sistema econômico, modos e meios de produção e, portanto, de História, que aparecem como temas recorrentes nos estudos das formas modernas de estado nacional. A história nacional e regional incorporada no sistema legal, como na nossa memória social, reelaborada e reapropriada por diversos campos sociais ao longo desses 200 anos de republicanismo, define aquela palavra usada por Herrera frequentemente, o *forâneo*, palavra que no presente marca verdadeiras guerras pela propriedade da terra e dos recursos como da própria noção de soberania nacional.

As técnicas agrícolas e pecuárias são a joia do livro. Elas aparecem reconstruídas a partir dos dados obtidos por múltiplas pesquisas arqueológicas e historiográficas, associadas discursivamente sobre um esquema temporal amplo, que culmina em um “hoje” em construção. Presenciamos por meio da narrativa de Herrera a recuperação de conhecimento do mundo, na forma do universo físico andino transformado, transformações que perduraram no tempo, ou como uma série de ensaios com seres vivos em relação com problemáticas e respostas, descritas nos termos próprios do economicismo característico da teoria ecologista processual, às condições da paisagem, do clima e das próprias tradições dos grupos humanos andinos, muitas das quais parecem perdurar hoje em dia.

Uma das técnicas mais interessantes é a presença de canais de irrigação e de montículos de terra feitos nas beiras dos rios com o propósito de controlar as enchentes ou/e aproveitá-las. Pouco ou nada é dito no texto sobre o quanto de trabalho humano envolve a técnica, ou como se envolvia a população na manutenção dos diversos sistemas de irrigação. O que é mostrado são as vantagens decorrentes do seu uso. Com respeito ao uso de sementes ou da criação de mamíferos também não se fornecem explicações sobre as relações de poder, ou de conhecimento envolvidas no seu uso, os problemas derivados da criação de animais ou do consumo de produtos alimentícios.

Por um lado, o autor não parece reparar na ironia, mesmo que leve, de criticar a importação de tecnologias estrangeiras nas Américas, por meio de ferramentas teóricas e práticas desenvolvidas no mesmo espaço que dá lugar às críticas ao mundo moderno. Com efeito, sejam elas ideias e práticas ligadas às escolas processuais ou não, à arqueologia social de Lumbreras, à teoria do Amartya Sen ou aos ensaios de Eduardo Galeano, é evidente que as teorias,

desenvolvidas fora da região, na Europa e nos Estados Unidos ou na Índia, a Arqueologia, a Economia, e a Historiografia, entre algumas das disciplinas utilizadas por Herrera, resultam, quando adaptadas às condições locais, uma chave útil para “ter acesso” ao passado e recuperá-lo para as populações carentes do presente.

Pelo outro, os americanos antigos e modernos deste livro não são olhados como seres humanos, mas como representações idealizadas deles, seja como os vilões iludidos que acreditam na salvação e progresso da humanidade com ajuda das máquinas, ou de vítimas cujo conhecimento, diferente dos vilões criticados, nada tem a ver com as estruturas de poder e jogos políticos da época, carecem de defeitos e interesses, elementos que quiçá não aparecem porque não podem ser observados no registro arqueológico. Mesmo se tratando do território do império Inca, cabe anotar que o olhar arqueológico e histórico característico do texto retrata os habitantes da América pré-colombiana como bons selvagens. Com efeito, tanto os destinatários do texto como os representados nele, não aparecem mais do que como vítimas da História em uma representação que sequer conta com o toque paródico dos americanos do *Candido* de Voltaire (cf. 1759).

Assim, o arqueólogo, sempre com boas intenções, apresenta-se como administrador do passado, como interlocutor válido dos excluídos. A proposta não parte, como vemos, das comunidades que precisam solucionar, evidentemente, suas necessidades, nem são elas as que exigem que as tecnologias sejam as mesmas que aquelas dos seus “antepassados”. Quem estabelece o valor e a utilidade econômica do passado, e que passado recuperar, é o arqueólogo. O arqueólogo define quem somos nós e quem somos “nós” e quem os outros são, não por meio da definição de “forâneo”, mas pelo recurso e escolha ideológica do discurso histórico e econômico e, aliás, pela similitude de se apropriar do conhecimento indígena, prática que na atualidade acontece por parte de grandes empresas dedicadas a patentear substâncias químicas úteis para diversas manufaturas. Faltou também o estudo de como e com a ajuda de quais tecnologias modernas também poderiam colaborar na dissolução dessas desigualdades apontadas por Herrera.

BIBLIOGRAFIA

- BINFORD, Lewis. 1980. Willow smoke and dog's tails. Hunter-gatherer settlement systems and archeological site formation. *American Antiquity*. Vol. 45. No. 1
- BINFORD, Lewis. 1983. Em busca do passado: a descodificação do registro arqueológico. Europa-América. Portugal.
- TRIGGER, Bruce G. 1992. *Historia del Pensamiento Arquelógico*. Ed. Crítica. Barcelona.
- VOLTAIRE. 1759 (2012). *Candide ou L'Optimisme*. E-Book. Archive.org.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo 1936-1975*. São Paulo: Annablume, 2008.

Tami Coelho Ocar

E-mail: tami.c.ocar@gmail.com

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas e co-laboradora do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte – NE-PAM/Unicamp.

Formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, a arquiteta Cristiane Souza Gonçalves se especializou em *Patrimônio Arquitetônico: Teoria e Projeto* pela PUC – Campinas, no ano de 1999. Em 2004 fez seu mestrado em Arquitetura e Urbanismo, pela FAU - USP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Tornou-se doutora em 2010, também sob a tutela de Bressan Pinheiro, seguindo o mesmo programa. Atuou como colaboradora da Kruchin arquitetura desde 1999. Atualmente trabalha na Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN. A publicação de “Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo 1936-1975” é fruto de sua dissertação de mestrado.

Neste livro a autora analisa o trajeto de algumas das intervenções de restauro realizadas pelo SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – durante o período compreendido entre 1937 e 1975, época em que a diretoria do órgão paulista estava a cargo do engenheiro arquiteto Luis Saia, sucessor de Mário de Andrade. Para isso, a ela se utiliza de quatro exemplos de intervenções: na década de 30 foi selecionada a *Igreja de São Miguel Paulista* - tombada em 1938 pelo IPHAN, na década de 40 foi a restauração do *Sítio e Capela de Santo Antônio* - tombados em 1941 pelo IPHAN; a *Casa de Câmara e Cadeia* na década de 50 - tombada em 1955 pelo IPHAN.; e por fim, na década de 60, ela escolheu tratar sobre a *Fazenda Pau D’Alho* - tombada em 1968 pelo IPHAN.

Gonçalves divide seu livro em duas partes, sendo que primeiramente ela trata desde os primeiros sentimentos de preocupação quanto à defesa do patrimônio cultural brasileiro, que começaram a surgir no século XVIII; até o nascimento do SPHAN, então sob a tutela de Mário de Andrade, mostrando através de cartas e documentos como se deu a criação de um órgão de proteção ao patrimônio cultural nacional e, no geral, como sucederam as primeiras ações em defesa desses bens nacionais. Ela então analisa a *fase heroica* de Luis Saia em São Paulo, para finalmente poder tratar, na segunda parte, as obras escolhidas por ela. O estudo de cada bem foi dividido em duas etapas: preliminar – investigações, prospecções e pesquisas históricas, sendo essas documentais e orais, em torno do bem –; e executiva – que consiste em projeto, plano de obras e procedimentos de trabalho.

Ela começa tratando sobre a restauração da Igreja de São Miguel Paulista (1939 – 1941). Construída no século XVII, foi considerada por Mário de Andrade um documento importante da arquitetura paulista e “uma das relíquias históricas do Estado” por ser uma das poucas igrejas com alpendre frontal. Juntamente com o Convento de Embú, a intervenção à igreja inauguraria o modo que Luis Saia utilizaria para restaurar os bens de sua época de direção do SPHAN: a ideia de retomar o “original” através de métodos tradicionais paulistas. No caso da Igreja de São Miguel essa técnica foi utilizada apenas no corredor lateral, porém é o “ponto de partida” desse modo de restauro utilizado por Saia, que pretendia manter as paredes de taipa, retirando inclusive o apoio delas, feito de alvenaria de tijolos e que lá estava desde uma reforma anterior. Para substituir os tijolos ele inaugura um procedimento: decide inserir uma estrutura de concreto armado para reforçar as paredes de taipa. A partir daí o SPHAN passa a utilizar amplamente esse método de intervenção, dentro e fora de São Paulo. A autora salienta que a escolha do concreto deu-se, sobretudo, por uma questão de mostrar a modernidade. Porém, apesar do desejo de Luis Saia de que a Igreja se mantivesse “original”, ela nunca voltaria a ser o que era, pois qualquer intervenção que se fizesse – ou que se faça – estaria repleta de conceitos contemporâneos, tanto materiais quanto morais.

Após tratar da Igreja de São Miguel Paulista, Cristiane Souza Gonçalves aborda outra intervenção que também empregou novas técnicas de trabalho: a restauração da casa-sede e capela do Sítio Santo Antônio, que se deu entre os anos de 1940 a 1947. Esse conjunto, localizado em São Roque, encantou Mário de Andrade, por sua “monumentalidade paulista”, seu valor artístico e, sobretudo, histórico – o complexo foi construído por volta de 1681. Encontrada em ruínas, o seu processo de restauro foi um desafio para os técnicos do SPHAN. As principais intervenções foram: demolição da casa do Barão, que ficava ao lado da casa-grande; reconstituição do alpendre frontal da capela e a reconstrução da ala esquerda à casa-grande. O concreto armado foi também amplamente utilizado nessa intervenção, tanto nas vigas e pilares, utilizados como esqueleto nas consolidações de taipa já existente, quanto na ala da casa-grande, sendo que para essa reconstrução foi utilizado o concreto ciclópico, que apresenta semelhanças com a taipa, tanto em relação à execução quanto ao aspecto final. Outra novidade que marcou essa intervenção foi a elaboração de uma maquete de estudos da capela.

A terceira restauração escolhida foi a da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia (1958 – 1961), que na década de 50 sofria a iminência de ser demolida. A autora destaca que é pequena a quantidade de documentos sobre esse bem, se comparado aos outros prédios estudados, o que pode ser explicado pela pressa que se teve em tombá-lo, pois o SPHAN não teve tanto tempo para fazer uma pesquisa minuciosa a cerca do edifício - tendo em vista que o prédio estava prestes a ser demolido -, e isso acabou por acelerar a burocracia interna para seu tombamento. Logo, sem essa pesquisa, foram necessárias prospecções no local para que se pudesse reformar, sendo que as escavações poderiam levar a considerações errôneas sobre a arquitetura do bem. Para que isso fosse resolvido da melhor maneira, Luis Saia conduzia as prospecções a partir de suas proposições de restauro, tornando assim, a restauração numa reconstrução, pois, devido à ausência documental, Saia acabou por transformar a Câmara e Cadeia em um prédio de aparência colonial, mandando inclusive demolir a torre

sineira e remover os revestimentos externos, frutos de uma reforma passada. Isso se deu por que ele afirmava que a construção era de taipa, e sendo de taipa não era passível de tais liberdades de reforma, o que acabou por gerar uma série de discussões sobre o material – tijolo ou taipa - que poderia ter sido utilizado para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia. Apenas no ano 2004 foram feitas prospecções mais profundas que identificaram os materiais: parede externa de tijolos, com um vão no meio preenchido com pedras, cacos de cerâmica e terra; parede interna, da antiga cela posterior, em taipa de pilão; e parede interna do pavimento superior, junto à escada, de pau-a-pique.

A autora afirma que havia um sentimento de negação quanto à possibilidade de ter-se utilizado tijolos para a construção do prédio, pois “reconhecer a presença dos tijolos seria enfraquecer a ideia do monumento colonial que se queria restaurar” (2008: 153). Essa repulsa ao modelo eclético não era exclusivamente paulista, mas sim permeava, no geral, os trabalhos da diretoria em todo território nacional. Assim, diferente dos outros dois exemplos de intervenções já citados, a importância e a escolha dessa “reconstrução” se deu, sobretudo, pelo modelo estruturador que permeava as ações do SPHAN, e não tanto por conta das análises técnicas.

Como último monumento escolhido, Gonçalves discorre sobre a intervenção feita à Fazenda Pau D’Alho (1969 – 1975). Localizada no Vale do Paraíba, essa construção típica das primeiras residências cafeeiras causou uma forte impressão na direção da regional, fosse por sua monumentalidade, pela paisagem ou até mesmo pela qualidade de seu conjunto arquitetônico; e, apesar de ter sido inventariada em 1942, só passou por uma intervenção após o seu tombamento, em 1968. Infelizmente a fazenda sofreu uma forte deterioração durante esses 30 anos em que “aguardou” para ser tombada. Dentre os principais danos que a fazenda sofreu durante esse longo período de negligência estavam o desaparecimento da tulha e da roda d’água, que em 1942 já apresentavam apenas as fundações, e a deterioração quase completa da senzala, casa do administrador e depósitos. Logo, as ações básicas realizadas na Fazenda Pau D’Alho foram as “reconstruções” das dependências desaparecidas e a consolidação dos segmentos que, de forma precária, ainda se mostravam visíveis. Foi novamente utilizado o concreto ciclópico para a reconstituição dos locais que originalmente haviam sido construídos em pedra argamassada - como os embasamentos da casa sede, tulha, roda d’água e a escada de acesso a senzala. Já para as estruturas de pau-a-pique - utilizado praticamente de forma integral nas vedações - optou-se por uma reconstituição através de materiais similares, sendo o preenchimento do núcleo feito com tijolos dispostos em “espelho” e argamassa de cimento. A autora afirma que é impossível distinguir as estruturas originais das reconstituídas após os acabamentos de revestimento e pintura, apesar das intervenções terem sido feitas com materiais diferentes dos utilizados na construção do prédio, pois estas acabavam por ter o mesmo tratamento que era utilizado nas estruturas remanescentes.

Por fim a autora destaca quatro noções que ela considera fundamentais para uma discussão mais atenta, a fim de identificar as características da diretoria de Luis Saia no SPHAN, em relação aos processos das quatro intervenções estudadas. São elas: noção de unidade estilística; diferenciação dos materiais utilizados nas intervenções; a visão modernista e as ações do SPHAN; e, por último os procedimentos específicos de trabalho da regional paulista. No primeiro

ponto a autora afirma que o pensamento *violletiano* teve forte influência na regional paulista do SPHAN. Como exemplo disso temos o Sítio Santo Antonio, onde se recuperou o conjunto do século XVII – refazendo a ala desaparecida da sede - e suprimiu-se o que era posterior – a casa do Barão, feita no século XIX. Outro componente vital do pensamento de Viollet-le-duc e que foi aplicado pelo SPHAN é a busca pelos “modelos abstratos”, que se deu através de um estudo sobre a arquitetura do período colonial, a fim de se recuperar aquilo que estava perdido. Essas pesquisas trouxeram maior entendimento sobre o tema da produção arquitetônica colonial paulista. Apesar disso Gonçalves afirma que apenas esses estudos não foram o suficiente para conhecer historicamente como era o edifício em si, mas sim apenas a arquitetura tradicional, fazendo com que o prédio restaurado, por fim, se distanciasse da sua realidade histórica.

Além de Viollet-le-Duc, tivemos também Camilo Boito, teórico do século XIX, influenciando a regional paulista do SPHAN, através de seu pensamento de mínima intervenção à obra, a fim de garantir sua integridade e autenticidade. Como exemplo disso tem a Igreja de São Miguel Paulista – onde foram reparados os elementos internos não artísticos e consolidadas as taipas. Na parte de diferenciação dos materiais utilizados nas intervenções, Cristiane Souza Gonçalves discorre sobre o uso intensivo do concreto armado por parte de Luis Saia, que pode ser explicado tanto pela teoria de Boito – em que ele afirma que o material para restauração deveria ser diferente do material original, para que se pudesse distinguir a intervenção realizada da obra já existente, evitando, assim, a perda de autenticidade do documento (2008: 194) - quanto pode ser explicado também pelo pensamento violletiano, o qual explica que nas restaurações deve-se substituir a parte retirada por um material mais resistente, a fim de que a vida-útil do monumento seja mais longa, e também que se desse um melhor acabamento. Com isso temos o embate entre a caracterização do original para o restauro versus a unidade de conjunto. No final as diferenciações, restritas apenas nas estruturas dos prédios, foram “encobertas” pela unidade formal e estilística colonial, que se deu através de camadas de revestimento e pintura. Logo, a primeira vista, nem se percebe que houve uma intervenção.

Com isso, a autora chega ao terceiro ponto: a visão “modernista”, que através dessas restaurações feitas de concreto e baseadas em Viollet-le-Duc e Boito, conduziram a produção arquitetônica a partir daquele momento. O uso do concreto armado, a valorização do traço geométrico e o resgate ao modelo colonial foram as principais ações modernistas do SPHAN. Enfim, Gonçalves destaca alguns procedimentos específicos utilizados nas quatro intervenções estudadas e que passariam a constituir um modo de trabalho singular da regional paulista. Ela ressalta, em primeiro lugar, o fato de que as etapas de projeto e pesquisa não foram claramente definidas, sendo ambas realizadas totalmente e preliminarmente ao início das obras. Isso é absolutamente justificável, pois a restauração do patrimônio arquitetônico, dada através do SPHAN, era então um pioneirismo no Brasil. Apesar disso os trabalhos seguiram uma sequência de procedimentos específicos, sendo que estes se repetiriam a cada obra iniciada pelo SPHAN. Essa aproximação da diretoria do órgão com Viollet-le-Duc, através da tentativa de estabelecer uma sequência de trabalho, também é um ponto crucial na metodologia da regional paulista. Outro procedimento - possivelmente inaugurado pela regional – foi a utilização de concreto armado na estrutura das obras. Por fim, ela ressalta que essa época do SPHAN trata-se de um período de pioneirismo na história da arquitetura brasileira, principalmente

pelo fato de não ter-se cumprido uma metodologia específica de trabalho, dadas as dificuldades das condições da época, do acesso aos arquivos documentais e, portanto, uma dificuldade maior para intervir às edificações.

Durante todo o livro a autora faz um percurso minucioso através de seu recorte histórico escolhido. Descrevendo detalhes dos edifícios e suas técnicas de restauro, se utiliza muitíssimo bem de diversos tipos de fontes, sobretudo de fotos, plantas, cartas, arquivos e entrevistas. Para se aprofundar melhor em questões físicas da arquitetura ela utiliza-se de obras básicas, como *Restauração*, de Violet-le-Duc; e *Os Restauradores*, de Camilo Boito; até bibliografias mais específicas da arquitetura paulista, como por exemplo, *Evolução urbana de São Luis do Paraitinga*, do próprio Luis Saia; e *Construções de taipa – alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica*, monografia de Carlos Borges Schmidt. Com muita habilidade ela mantém um diálogo entre o leitor e o SPHAN do início do século XX, sempre citando os documentos em que pesquisou, sobretudo as cartas trocadas entre Luis Saia e seus colegas - que mostram muito bem o pensamento moderno da época – e fontes iconográficas. Isso além das ótimas plantas do edifício, onde nos é mostrado um “antes e depois”, o que facilita muito o entendimento das construções e as intervenções sofridas. Na última parte Gonçalves faz uma comparação interessante, colocando duas fotos de cada prédio, uma tirada antes da intervenção – pelo SPHAN -, e outra foto mais atual. Assim ela nos mostra que existem muitas diferenças entre o antigo e o que passou por intervenção, por mais que Luis Saia desejasse manter o original. Esta obra é excelente e indispensável para qualquer pessoa que deseja obter alguma formação em patrimônio histórico e cultural, sobretudo quanto às intervenções e modelos de restaurações dos primórdios do SPHAN.